

PARQUES URBANOS E O CAMPO DOS ESTUDOS DO LAZER: PROPOSTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco¹

Universidade de São Paulo

Sidnei Raimundo¹

Universidade de São Paulo

RESUMO: Os parques urbanos desempenharam importante papel na lógica das cidades, desde meados do século XIX. O lazer, inserido no contexto maior da lógica da cidade, também se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados a partir das duas últimas décadas do século XX. Este artigo discute essa trajetória das ideias sobre cidade e cidadania apontando as relações com o lazer, tendo nos parques urbanos os instrumentos e *lôcus* de ação de um direito à cidade e ao lazer. Apresenta-se, como proposta de intervenção nos parques urbanos a correlação da animação socioambiental, como desdobramento da animação sociocultural, com a interpretação ambiental, sendo elas pensadas como renovadoras do lazer em parques urbanos. São discutidos também alguns desafios e tendências dessa abordagem, ligadas a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, nos quais o profissional da área de lazer deve estar inserido. Conclui-se o artigo com indicações ligadas a uma agenda de pesquisa do lazer em parques urbanos em duas escalas de análise: uma geral das cidades, como políticas públicas urbanas e ambientais nas quais os parques estão inseridos e outra ligada especificamente ao uso público dos parques urbanos.

Palavras-chave: Parques Urbanos. Animação Socioambiental. Interpretação Ambiental. Políticas Públicas de Lazer.

URBAN PARKS AND FIELD OF LEISURE STUDIES: PROPOSALS FOR A RESEARCH AGENDA

ABSTRACT: Urban parks played an important role in the logic of cities, from the mid-nineteenth century. Leisure activities, inserted in the logic of the city, were also re-configured from a social control in the sanitation urban concepts during the centuries XIX and XX to democratization and citizenship processes observed from the last two decades of the twentieth century. This paper discusses leisure approaches in the city examining the relations with urban parks, as instruments and locus of action for the city and leisure rights. We are presenting, as an intervention proposal in urban parks the concept of the environmental animation, as an unfolding of socio-cultural animation, linking their aspects with environmental interpretation principles, which were designed as leisure renovating in urban parks. We also discuss some of the challenges and trends of this approach, linked to interdisciplinarity and intersectionality, in which the recreation professional must be inserted. We conclude the paper with information relating to a leisure research agenda in urban parks in two scales of analysis: a general of the cities, as urban and environmental public policy in which the parks are inserted and another specifically of the public use actions on urban parks.

¹ Professores do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Rua Arlindo Bettio, 1000, São Paulo, SP, CEP: 03828-000. Contatos: repacheco@usp.br e sraimundo@usp.br

Keywords: Urban Parks. Environmental Animation. Environmental Interpretation. Leisure Public Policy.

PARQUES URBANOS Y EL CAMPO DE LOS ESTUDIOS DE OCIO: PROPUESTAS PARA UNA AGENDA DE INVESTIGACIÓN

RESUMEN: Los parques urbanos jugaron un papel importante en la lógica de las ciudades, desde mediados del siglo XIX. Ocio, insertado en el contexto más amplio de la lógica de la ciudad, también hay re-configurado desde un ocio sometido al control social de diseños higienistas de la ciudad hasta los procesos de democratización y ciudadanía observadas en las dos últimas décadas del siglo XX. En este artículo se analiza la historia de las ideas acerca de la ciudad y de ciudadanía discutiendo sus relaciones con el ocio, y en los instrumentos de parques urbanos y lugar de acción de un derecho a la ciudad y el ocio. Se presenta como una medida de intervención en los parques urbanos la correlación de la animación del medio ambiente, que se desarrollo de la animación socio-cultural, con la interpretación ambiental, que son considerados como renovador de ocio en parques urbanos. También se discuten algunos de los retos y tendencias de este enfoque, vinculados a interdisciplinario e intersectorial, en el que se debe insertar el profesional del área recreativa. Concluimos el artículo con la información relativa a un programa de investigación de ocio en parques urbanos en dos escalas de análisis: un general de las ciudades, y la política pública urbana y ambiental en el que se insertan los parques y otro específicamente vinculados al uso público de los parques urbano.

Palabras-clave: Parques urbanos. Animación ambiental. Interpretación ambiental. Política Pública del ocio.

Introdução

O que nos anima a apresentar a esta comunidade científica uma reflexão sobre os parques urbanos e suas relações com o campo dos estudos do lazer derivam de algumas experiências recentes que merecem ser brevemente descritas. A primeira delas foi a participação na equipe que se dedicou, ao longo de quase três anos, (2010-2012) a produção de informações para os programas de uso público dos planos de manejo dos parques instituídos como forma de compensação ambiental decorrente da implantação do Rodoanel Metropolitano de São Paulo (RMSP) no seu trecho sul. Foram definidas oito grandes áreas que passaram por um processo de regularização fundiária e pode-se fazer um trabalho de investigação sobre as potencialidades de cada uma delas para atender a um uso público calcado, sobretudo, no acesso ao lazer como direito social, visto que se localizam em regiões onde certamente ocorrerão pressões de uso dada a presença da população no entorno. Parte dos resultados deste processo de imersão nestas realidades foi publicada em eventos e veículos científicos, como em Raimundo; Pacheco; Costa (2011) e Raimundo; Pacheco (2014).

A segunda experiência foi a realização de uma pesquisa bastante específica acerca de uso público de parques urbanos com o objetivo de averiguar a interação entre usuários de campos de futebol amador (futebol de várzea) e gestores de parques urbanos, já que em vários parques paulistanos há campos de futebol. Observou-se os conflitos de uso nos 18

campos de futebol existentes na área do Parque Ecológico do Tietê em São Paulo. Parte dos resultados desta pesquisa foi publicada em anais de eventos e outros veículos. (PACHECO, 2012; 2014).

A terceira experiência resultou destas duas anteriores e da necessidade de discutir com maior profundidade e regularidade as questões relativas a lazer em parques urbanos. Assim, foi proposta, no curso de Lazer e Turismo na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), a realização de uma disciplina optativa livre sobre “Uso Público em Parques Urbanos”. Oferecida em duas oportunidades, em 2013 e em 2014, esta disciplina teve cerca de 140 estudantes matriculados, o que é um indicativo do interesse na temática. Os objetivos fundamentais da disciplina tem sido: a) apresentar aos estudantes as confluências dos estudos sobre uso público em parques com o campo dos estudos do lazer; b) proporcionar aos estudantes vivências de campo para subsidiar a construção do olhar analítico sobre o uso público em parques urbanos; e c) estimular entre os estudantes a proposição de programas de uso público que aliem educação ambiental, conservação e lazer.

Diante destas experiências, que demonstraram lacunas e oportunidades de ação, apresentamos o presente artigo com o objetivo de refletir sobre como se tem dado a gestão das práticas de lazer nos parques urbanos. Busca-se, nessa abordagem, refletir sobre as possibilidades do que estamos denominando de “animação socioambiental” como eixo definidor do planejamento do uso público em parques urbanos e ao mesmo tempo, diante da experiência de construção de uma nova disciplina, propor uma agenda de pesquisa diante de tão complexa temática.

Considera-se assim, o momento atual como bastante oportuno, no qual os parques urbanos desempenham papel importante como lócus para a reflexão sobre a cidade e cidadania. Mas nem sempre foi assim, os parques urbanos tiveram papel marcante na formação das cidades como instrumentos de controle social. O lazer sempre esteve em suas finalidades, mas com o olhar das elites sobre esse controle social. Procuramos, no próximo tópico, apresentar uma breve trajetória dos parques urbanos ao longo dos últimos 150 anos, destacando suas mudanças de função e de ações da sociedade sobre eles.

Parques Urbanos no contexto da sociedade contemporânea: um olhar histórico

Os parques urbanos como importantes equipamentos de lazer tem essa configuração atual a partir das intensas modificações nas cidades vividas a partir do século XIX. É nesse contexto maior, dos processos de industrialização e urbanização, que eles merecem ser entendidos. Nesse momento, de meados do século XIX, os parques, contendo elementos do campo, aparecem como refúgios na cidade para que essa sociedade urbana pudesse escapar das agruras da cidade industrial. No dizer de Gomes (2013), os parques expressam de modo “combinado” e “conflitante” o imaginário dos habitantes da cidade. “Combinado porque une, agrega os aspectos da vida no campo, do mundo natural ao modo de vida do

homem urbano; conflitante porque, à medida que une, nega o rural, as relações de trabalho no campo e da natureza selvagem” (GOMES, 2013, p. 64). Quer dizer, ao mesmo tempo em que o imaginário do homem urbano necessitava de ambientes “naturais” ele não queria mais a vida “atrasada” do campo.

Importante destacar que este imaginário é muito bem trabalhado pelas elites nesse período, como instrumento de dominação e controle social. Um dos desdobramentos dessa visão, que vai rebater diretamente na criação e difusão dos parques urbanos, é o modelo higienista desenvolvido pela medicina da época. Sarti, Sarti e Siqueira (2003) explicam a ascensão desse modelo,

especialmente na Inglaterra, onde o capitalismo estava mais avançado, a medicina social desenvolveu instrumentos mais voltados para o controle da saúde das classes pobres, pois os movimentos de massa levantavam uma urgência em promover políticas de controle sobre os movimentos de revolta popular. A medicina inglesa foi a primeira a desenvolver técnicas de assistência pública, como forma de exercer um controle mais eficiente sobre os indivíduos, e, ao mesmo tempo, tornar as classes pobres mais aptas ao trabalho e menos perigosas para as classes ricas: na Inglaterra, a medicina assistencial, o controle da força de trabalho e o esquadramento da saúde pública formaram um dispositivo estratégico que buscava responder aos problemas que envolviam o acúmulo de capital e de poder. (SARTI; SARTI; SIQUEIRA, 2003, p.7)

O cenário que fortaleceu o modelo higienista era o exército de pessoas mal pagas pelas indústrias e que se aglomeravam em casas e bairros sem quaisquer condições de salubridade. Nas cidades europeias, particularmente em Londres, a revolução industrial ao mesmo tempo em que permitia às elites uma acumulação de riquezas sem precedentes, também gerava nas cidades graves problemas ambientais e demográficos. Friedrich Engels, ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, em obra publicada pela primeira vez em 1845, é bastante enfático a respeito do que viriam a ser as chamadas cidades industriais emergentes:

Esta indiferença brutal, este isolamento insensível de cada indivíduo no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e chocantes, quanto e maior o número destes indivíduos confinados neste reduzido espaço. E mesmo quando sabemos que este isolamento do indivíduo, este egoísmo mesquinho, e em toda a parte o princípio fundamental da sociedade atual, em parte alguma ele se manifesta com uma impudência, uma segurança tão completa como aqui, precisamente, na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo. (ENGELS, 1975, p. 56).

O processo de uso e ocupação da Londres e de outras cidades industriais da primeira metade do século XIX foi rápido e intenso e gerou nos bairros pobres, um sentimento de imundície e desordem, pelo menos aos olhos das classes dominantes. No dizer de Ottoni (2002),

Com frequência, as habitações operárias situavam-se em vielas estreitas, sem contar com ventilação e iluminação razoáveis. Apresentavam altas densidades de usos para seus cômodos – o sistema de “cama quente” significava que um mal dormido era substituído por outro, ao terminar seu horário; seu sistema de higiene era precário, com valas ao céu aberto, contaminando cursos d’água mais próximos; a quase inexistência de lugares de estar nos cortiços provocava a transferência desta função para as ruas, que se tornavam apinhadas de gente. (...) Forma-se, dessa maneira, o conhecido quadro de epidemias e surtos de cólera que se expande nas cidades após 1830. (OTTONI, 2002, p.18)

Essa situação em Londres não era diferente em outras cidades europeias ou no mundo. As condições inadequadas de saneamento e salubridade vão favorecer a especulação imobiliária, justificando segregações sócio-espaciais nas cidades e particularmente na criação de parques urbanos, notadamente das áreas mais abastadas. Sobre os processos de exclusão sócio-espacial já nos alertava Engels, em 1845, aos 24 anos de idade, ao escrever sobre a situação dos trabalhadores ingleses:

A própria cidade está construída duma maneira tão peculiar, que podemos habitá-la durante anos, sair e entrar nela quotidianamente sem nunca entrevermos um bairro operário nem sequer encontrarmos operários, se nos limitarmos a cuidar dos nossos negócios ou a passearmos. Mas isto deve-se principalmente ao facto de os bairros operários — quer por um acordo inconsciente e tácito, quer por intenção consciente e confessa — estarem separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas a classe media, ou então, quando isso é impossível, dissimulados sob o manto da caridade. (ENGELS, 1975, p. 80).

Delineava-se pelas elites, uma forma de ocupação de cidades mais salubres e onde o “verde” deveria ter papel de destaque – as cidades jardins – idealizada por Ebenezer Howard². Em Paris, o modelo higienista iniciado em Londres, vai atingir seu ápice reformador da cidade, com o modelo implantado na gestão do Prefeito Hausmann, pós 1840, com as revoluções das classes trabalhadoras:

(...) nas capitais europeias seguiram, cada uma a sua escala, o grande modelo de cirurgia material e social constituída pela capital de Napoleão III, em que se destacou a figura tirânica de Hausmann, o gestor da Paris Burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. (MARINS, 1998, p.134)

² Ebenezer Howard, urbanista inglês, publicou o livro “Cidades Jardins do Amanhã (*Garden Cities of Tomorrow*) em 1898. Descreve uma cidade em que pessoas viveriam harmonicamente juntas com a natureza. A publicação resultou na fundação do movimento das cidades-jardins. As primeiras “cidades-jardins” foram construídas na Inglaterra no início do século XX.

Este modelo consistia na abertura de grandes avenidas, integrando os locais mais distantes da cidade ao centro, via ferrovia; a criação dos bulevares (passeios largos ao longo das vias públicas), com um fino tratamento paisagístico, com a presença intensiva de parques e jardins. O subproduto disso (promovido de modo consciente pelas elites) era a expulsão das camadas mais pobres da população para locais mais distantes do centro, sob o argumento de sanear a cidade.

(...) os grandes Bulevares de Hausmann articulavam Paris mediante um sistema viário que cobria toda a cidade, gerindo a localização e funcionamento de espaços públicos e controlando os grandes bairros onde habitavam os parisienses pobres ou miseráveis que ameaçavam a segurança e o esplendor das burguesias (...) a privacidade das populações parisienses deveria sujeitar-se ao interesse 'público', apanágio definido por outras instituições 'privadas' alojadas no aparelho institucional. (MARINS, 1998, p.135)

No Brasil o modelo higienista foi absorvido pelas elites e implantado em praticamente todas as grandes cidades do início do século XX. A capital da república nesse período, a cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo emblemático disso, devido às reformas urbanas implantadas na gestão do prefeito Pereira Passos, que havia vivido em sua juventude em Paris e visto as reformas de Hausmann. Essas mudanças eram plenamente justificadas pelas elites da época, devido à falta de saneamento das cidades.

(...) o quadro precário das habitações das maiores faixas das populações urbanas cariocas se repetia nas demais capitais provinciais (...), tornava evidente as altas taxas de mortalidade (...) provocada pela sucessão de surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e em particular a tuberculose. (MARINS, 1998, p. 139-140)

Contribuiu para a implantação do modelo higienista nas cidades brasileiras, o imaginário das elites da república velha, que desejavam romper com as marcas da colônia e do império, representadas pela letargia e inoperância, que deixaram as cidades naquelas condições, daí as necessidades tecnocráticas de saneá-las. Assim, na mesma lógica de Paris e Londres, o Rio de Janeiro promove com as reformas de Pereira Passos, a partir de 1902, demolições de cortiços e estalagens do centro da cidade. A capital da república à época

foi palco de uma firme tentativa de reformar os costumes, aliando o controle e o redesenho dos espaços públicos ao ataque violentíssimo aos espaços privados e às propriedades edificadas (...). Agora o acesso a Glória, Catete, Flamengo, Botafogo era rápido e elegante, tendo sido a Guanabara flanqueada com jardins e esculturas inspiradas em Paris. (MARINS, 1998, p.145-146)

Tal situação estendeu-se para a maioria das grandes cidades brasileiras.

(...) os bairros centrais de Salvador e Recife sofriam as costumeiras acusações de concentrar populações contagiosas, que seriam capazes de ameaçar a prosperidade das capitais em razão de míseras e promíscuas condições habitacionais em que viviam... As demolições foram novamente a solução adotada pelo aparelho estatal para livrar as capitais dos convívios que mesclavam ruas e casas. (MARINS, 1998, p. 166)

Já em cidades como Belo Horizonte e Goiânia, seguindo o mesmo modelo, o trabalho foi menor e menos custoso, pois não houve necessidade de remoção de populações pobres pré-existentes. As duas cidades constituíram-se em cidades projetadas, mas obedecendo a esse modelo.

Em Belo Horizonte, inaugurada em 1897, sob forte referenciamento das ideias zoneadoras francesas, o rígido controle proposto para a área central, fixado num sistema de lotes, avenidas e ruas dispostos numa malha quadrangular, circundada por uma avenida de mediação periférica, mostrava-se incapaz de regradar a rápida expansão das habitações nos arrabaldes. (MARINS, 1998, p.170)

Na mesma linha, em Porto Alegre, um jornal do início do século indicava que “os arrabaldes estão aí, e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita, só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene” (MARINS, 1998, p.163).

Como visto, a “higienização” dos centros das cidades faz surgir bairros destinados às elites, inserindo-se neles os parques urbanos como espaços públicos onde o controle social era um elemento fundamental. Aparecem assim, no mundo e no Brasil projetos de ocupação de cidades inteiras ou de novos bairros inspirados nesse modelo saneador e que tinham em suas paisagens a vegetação em abundância, ornamentados por praças, jardins, ruas e veredas arborizadas e demais áreas verdes. São exemplos de cidades-jardins as de *Letchworth* e *Welwyn*, projetadas por Ebenezer Howard na Inglaterra, além de *Champigny-sur-Marne* na França e *Radburn* e *Greenbelt*, nos EUA.

No Brasil, cidades como Goiânia, cujo projeto original é de 1933 (OTTONI, 2002) conceberam, desde sua implantação, a lógica das cidades-jardins e as propostas saneadoras. “Na parte sul da cidade (do projeto), bairros residenciais entrosavam-se com certa irregularidade na disposição das ruas e ‘cul-de-sacs’³, com o desenho do restante da cidade. (OTTONI, 2002, p. 69).

Contudo, é na cidade de São Paulo, em sua porção mais central e oeste, que essa concepção de cidade-jardim, ou de bairros-jardins, adquire máxima expressão, por conta dos empreendimentos da Companhia City de São Paulo (*City of São Paulo Improvements and*

³ A tradução para o português seria “balão de retorno”, espaço ampliado nos quais terminam as ruas sem saída e que permitem que haja a mínima interferência possível do tráfego sobre as residências.

Freehold Co.). Nessa cidade conseguiu-se uma mancha contínua de vizinhanças homogêneas ricas com o afastamento das populações pobres para a periferia. Assim, “a separação social processada mediante a distinção das áreas habitacionais, já particularmente experimentadas nos bairros abertos nos fins do século XIX, foi radicalizada pela experiência dos bairros-jardins”. (MARINS, 1998, p. 180). E “em 1913, começa a surgir o Jardim América, primeiro bairro da Cia City, projetado por B. Parker e R. Unwin, sucessores de E. Howard, o criador das cidades-jardins.” (MARINS, 1998, p.181).

Os bairros jardins na cidade de São Paulo alcançaram áreas de boa parte das zonas oeste e sul: Jardim América, Jardim Europa, Alto da Lapa, Alto de Pinheiros, Alto do Butantã, Cidade-Jardim, Morumbi, entre outros menores. Contudo, nas periferias da cidade, apenas a toponímia foi mantida. Inúmeros loteamentos da cidade: Jardim Miriam, Jardim Campo-Limpo, Jardim Ideal, Jardim Fraternidade, formam uma cidade com cerca de 1200 bairros “jardins”. Um incauto acharia que a cidade teria uma enorme área verde pela quantidade de bairros que tem a corruptela de “jardim” como prefixo de seu nome. (OTTONI, 2002, p. 71).

As origens não tão dignas e justas dos parques urbanos acabaram por transformá-los “em objetos projetados para dar funcionalidade às áreas marginais e ao processo de produção e apropriação do espaço urbano” e cumprindo “uma finalidade estética [que] atendem aos interesses daqueles que controlam os processos políticos de decisão” (SARTI; SARTI; SIQUEIRA, 2003, p. 15).

Contudo, o choque entre o público e o privado, entre a propriedade particular e os interesses coletivos, vão atravessar outro período de inquietação no pós-segunda guerra mundial. A Declaração Universal Dos Direitos Humanos, de 1948 e, posteriormente a crise ecológica que se ergueu nos anos de 1960, faz surgir outras necessidades e ideais. Do ponto de vista do lazer, um período situado entre 1930 a 1965, segundo Cranz⁴ (1978, *apud* MAGNOLI, 1986, p.118) é chamado de “*recreation facility*”, o qual é caracterizado pela distribuição da recreação assegurada a todos em seu cotidiano. Assim, nesse período, ocorre uma série de eventos que gera a implantação seriada e multiplicada de estádios, grandes piscinas, quadras, arquibancadas e espaços para jogos e esportes.

Nesse momento, as ruas e demais espaços públicos nos centros das cidades, antes abandonados e esvaziados pelas elites nos processos de higienização, voltam a ser “valorizadas como local de recreação, de ponto de encontro e de resgate dos valores tradicionais e, conseqüentemente, como fundamental à retomada da escala humana nas cidades”. (ABRAHÃO, 2008, p. 39). No Brasil, a cidade de Curitiba alcança um papel diferencial e definidor dessas novas perspectivas, quando, nas duas gestões do prefeito Jaime Lerner (1971-1974 e em 1979-1983) a cidade foi modificada de tal sorte que se transformou nas marcas de “cidade modelo”, “capital brasileira de qualidade de vida”, “capital ecológica” (ABRAHÃO, 2008, p. 39-40). E tal processo vai refletir-se nos parques urbanos, criados pelas elites e dominando a área central das cidades, mas agora sob outros referenciais. Rechia (2007) estudando Curitiba (PR), indicou que

⁴ CRANZ, Galen. Changing roles of urban parks – from pleasure Gardens to open spaces. *Landscape*, nº 2, 1978.

(...) a cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná está marcado por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza... (RECHIA, 2007, p. 91)

Numa abordagem similar, a cidade de São Paulo buscou modificações sobre seus espaços públicos nas áreas centrais. Um dos primeiros esforços nessa linha foram as modificações ocorridas na Praça da Sé e seu entorno deteriorado e tomado por veículos a partir de 1979 (ABRAHÃO, 2008). Nessa transformação, foram criados os primeiros “calçadões” da cidade, nos quais as ruas foram interditadas aos veículos e onde os pedestres teriam exclusividade na circulação. Nesse bojo, as vias foram

equipadas com mobiliários urbanos especialmente desenhados (bancos de descanso, telefones públicos, floreiras, lixeiras, coletores de cartas, postinhos de iluminação, etc) [foram reformuladas] praças e restaurados edifícios simbólicos (...), além de implantar recantos infantis nas áreas mais adensadas e com maior escassez de locais públicos. Os recantos infantis foram concebidos como um misto de praça pública e parque infantil, numa concepção espacial que reforçava o caráter de espaço aberto com áreas de estar e de brinquedos para atender a população do entorno (ABRAHÃO, 2008, p. 41).

Essas iniciativas pontuais e tímidas da cidade de São Paulo ao longo dos anos de 1980, vão ganhar poderoso aliado no mundo, com as novas ideias urbanas pensadas para as grandes cidades, que tiveram em Barcelona, na Espanha, seu grande ponto de inflexão. A reestruturação urbana proposta para Barcelona, que se configurou como modelo mundial, foi idealizada por dois arquitetos, Jordi Borja e Manuel Solá-Morales, estruturada num plano denominado “Plano Barcelona 2000”. Segundo Abrahão (2008, p. 44), esse plano “tornou-se, a partir dos anos 1990, um paradigma para as intervenções urbanas que viriam a ocorrer posteriormente em todo mundo, por dar aos espaços públicos urbanos de titularidade pública uma imagem forte, inclusiva, de protagonismo [do poder público]”. No dizer desse autor, esse plano previa uma série de micro intervenções estratégicas no plano geral da cidade, e seu sucesso deveu-se menos aos acertos do desenho, mas mais pela vontade de querer ver a paisagem urbana mudar. Em suma, o que se pretendeu nesse novo modelo, não totalmente alcançado, foi “a introdução de um instrumento urbanístico fundamental para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização dos espaços” (ABRAHÃO, 2008, p. 45) e nas quais as atividades de lazer têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade.

Os parques urbanos, a partir desse período (anos 1990) começam a ser pensados como pontos de encontro, onde a interculturalidade pode se expressar. Mas não é uma tarefa nem simples nem “dada”, mas conquistada cotidianamente.

Um exemplo notório desse conflito entre o público e o privado, que gera um exercício de cidadania e de reivindicação de direitos é o recente embate na cidade de São Paulo sobre uma antiga chácara – o quintal de uma grande propriedade – que remanesceu no centro de São Paulo, na Rua Augusta, denominado “Parque Augusta”. O espólio da propriedade foi vendido a uma grande incorporadora imobiliária. Mas antes disso, o quintal com vegetação exuberante tinha sido transformado em área pública pela prefeitura de São Paulo. O embate se deflagrou entre ativistas que montaram acampamento nessa área para evitar que fossem edificadas novas torres residenciais na área pela empresa. Embora a empresa tenha conquistado na justiça uma reintegração de posse, o processo ainda está em aberto.

Esse exemplo, entre outros tantos de resistência nas cidades e no campo, refletem o período de redemocratização do Brasil, que asseverou as disputas entre o público e o privado, entre a propriedade particular e bem comum, ou coletivo. Os parques urbanos são um dos principais instrumentos dessas “novas” políticas urbanas e de reivindicação de direitos coletivos.

Para finalizar esse tópico, é digno de nota as concepções ambientais agora atribuídas aos parques urbanos e que ganharam apelo da sociedade nesse mesmo processo de reivindicação de direitos. Pode-se dizer presentemente que um dos principais argumentos para criação e/ou manutenção de parques urbanos são os serviços ambientais que eles prestam à sociedade. Essa concepção tem mudado a maneira como se concebe os parques urbanos atualmente. O quadro 1 demonstra essas mudanças de visão.

Quadro 1: Comparação das abordagens no tratamento da drenagem das águas no urbanismo brasileiro.

Item	Higienismo	Conceitos Inovadores
1	Drenagem rápida das águas pluviais, transferência para jusante	Favorecimento da infiltração, ao armazenamento e ao aumento do tempo de percurso do escoamento
2	Redes subterrâneas, canalização dos cursos d'água naturais	Valorização da presença de água na cidade, busca pela menor interferência ao sistema natural de drenagem
3	Associação do sistema de drenagem com o sistema viário	Soluções técnicas multifuncionais: sistema de drenagem associado a áreas verdes, terrenos de esportes, parques lineares

Fonte: modificado de Nascimento, Baptista e Von Sperling (1999)

Percebe-se a necessidade de mudança de postura devido ao esgotamento do modelo higienista que levou a sérios problemas ambientais nas cidades. No item 1 e 2 deste quadro

1, foram criadas obras de engenharia colossais no modelo higienista, para que a água da chuva fosse levada o mais rápido para longe da cidade: retificação e canalização de rios, construção de “piscinões” para conter o transbordamento de água que, associada à constante impermeabilização do solo, levaram a uma artificialização da paisagem com conseqüente distanciamento dos cidadãos sobre o elemento água. O trabalho de Brocaneli (2007) é importante sobre a necessidade de recuperação dos rios e da paisagem de fundo de vales na cidade de São Paulo restabelecendo, assim, a percepção da população sobre os recursos hídricos. Como propostas para essa recuperação, a autora indica a necessidade de criação de parques nos fundos dos vales paulistanos, inclusive com a desapropriação e remoção de construções nessas áreas.

Ainda no quadro 1, sobre o item 3 do modelo higienista, ocorre uma das mais perversas apropriações do uso do solo urbano na questão ambiental, quando se associa sistema viário e drenagem das águas. A concepção higienista fez surgir nas cidades brasileiras um sem-número de vias marginais, que eliminaram da paisagem a possibilidade de ampliação de espaços públicos junto aos cursos d’água, afastando os cidadãos desses locais.

Por outro lado, como antítese a esse modelo higienista, o conceito inovador tem forte relação com o lazer. A valorização dos espaços públicos, inclusive como elementos importantes para infiltração das águas, gerou a necessidade de ampliação destes equipamentos. Destacam-se nas metrópoles brasileiras a criação de parques lineares e nos fundos de vale.

Nessa linha, o Plano Diretor Estratégico (PDE) atual da cidade de São Paulo, aprovado ao final de julho de 2014, estabeleceu a meta de criação de 167 novos parques até 2029. Estes devem se juntar aos 105 parques existentes na cidade e que estão sob administração municipal. Deve-se considerar ainda que há parques estaduais na cidade, num total de 12 unidades, a maioria com características de parque urbano. Embora a quantidade de parques pareça grande, a distribuição destes espaços pelo território ainda é bastante desigual, herança do “higienismo”. Espera-se com o novo PDE da cidade de São Paulo alcançar uma distribuição mais justa. No entanto, o que se busca apontar neste artigo é que não basta o espaço, já que parte deles deveriam servir a assegurar a “aproximação com a natureza” bem como o direito constitucional do acesso ao lazer. Faz-se fundamental e necessário um conjunto de atividades e de equipamentos combinados, que sirvam à população frequentadora desses parques e que sejam capazes de provocar mudanças nas atitudes dos sujeitos sobre a natureza e sobre a própria cidade, em seu momento de lazer.

Assim, os parques urbanos erguidos ou refuncionalizados pelas elites no processo higienista, adquiriu nas duas ou três últimas décadas outros interesses e funções, associados aos interesses coletivos em detrimento do particular, às questões públicas e não privadas. Contudo, como apontado, é um processo em construção e parte da luta pelo direito à cidade (LEFÉBVRE, 1969). Os parques urbanos são *locus*, portanto, do antagonismo de forças existentes nas cidades. E o lazer tem um papel fundamental nessas áreas para reforçar os

direitos e novas funções dos parques nas cidades, como se procurará demonstrar no próximo tópico.

Lazer em Parques Urbanos e os desafios de um Programa de Uso Público

Em uma situação ideal, pode-se imaginar que cada parque urbano deveria desenvolver um programa de uso público que pudesse atender aos objetivos da interação dos sujeitos e comunidades usuárias dos espaços. No entanto, sabe-se bem que esta não é a realidade corrente. Os parques urbanos são unidades de serviço público que, na maioria dos casos, não se enquadram no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e desta forma não precisariam, obrigatoriamente, contar com um Plano de Manejo no qual estivessem descritas as possibilidades de uso público em capítulo específico.

O que ocorre com relação aos parques urbanos é que, dada a especificidade ambiental e territorial de cada unidade, algumas delas podem ter maior ou menor necessidade de serem pensadas enquanto espaço de conservação ambiental. Independente desta maior ou menor potencialidade como unidade de “conservação”, defende-se a ideia de que todos os parques deveriam ter ao menos um Plano Diretor, ou Plano de Manejo, a induzir as possibilidades de uso adequadas, mesmo a unidade estando inserida num território densamente ocupado e urbanizado. Ou seja, que permitissem ações que contribuíssem para a conservação da natureza, com a manutenção de áreas vegetadas ao longo de fundos de vale, conectando-as a outras áreas verdes; e ao mesmo tempo, garantissem o uso das pessoas, em seu momento de lazer, e as quais pudessem ter acesso a uma diversidade de práticas lúdico-educativas com potencial de reflexão sobre as ações dos sujeitos na cidade e sobre a natureza.

Nestes casos, talvez seja ainda maior a necessidade de um documento que permita induzir formas de uso consideradas adequadas à realidade desses remanescentes de natureza que se configuram os parques urbanos.

Assim, ao menos um Programa de Uso Público deveria ser necessário a cada uma destas unidades de serviço urbano, dadas as suas especificidades. Desta forma, o *Direito ao Lazer*, como é defendido neste artigo, poderia ser explicitado, conhecendo-se de fato na realidade territorial e cultural de cada unidade as possibilidades diante dos interesses dos próprios usuários, consideradas as potencialidades e limitações ambientais de cada parque.

Contudo, para que isso ocorra, a referência de uso público proposta para uma unidade de conservação⁵ não pode ser seguida plenamente nos parques urbanos. Para Cervantes, Bergamasco e Cardoso (1992), o Programa de Uso Público deve propiciar recreação e educação ambiental para os visitantes, além de despertar uma consciência crítica para a

⁵ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade de conservação é o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Alínea I, artigo 2º, do SNUC). Os parques urbanos fogem dessa definição na maioria das vezes, por não apresentarem características naturais relevantes, na lógica da conservação das espécies e dos ecossistemas.

necessidade de conservação dos recursos naturais em uma unidade de conservação. E Milano (1997, 2001), indica no Programa de Uso Público de uma unidade de conservação devem-se estabelecer as normas e diretrizes para sua execução, vinculadas ao componente educativo para a estimulação do aprendizado e “não o simples entretenimento”.

Posto dessa maneira, o programa de uso público de uma unidade de conservação, foca o entendimento dos processos naturais existentes na unidade de conservação e é apoiada numa abordagem formal, ou pelo menos em ações ligadas a uma “educação ambiental”. Nessa abordagem, perde-se a oportunidade de trabalhar a vivência ambiental a partir do lazer, num processo de educação não formal.

A compreensão do lazer como fenômeno social complexo se faz necessária nesta situação de observação do funcionamento destas unidades-parque. Pode-se partir de um conceito funcionalista do lazer, atrelado às suas funções de diversão, descanso e desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 1994) tal como foi exaustivamente discutido na literatura brasileira deste campo de estudo. Contudo, essa abordagem por vezes não dá conta de pensar as possibilidades de usos que os cidadãos podem ter quando frequentam os parques urbanos.

Nesse sentido, parte-se aqui de uma visão do lazer como fenômeno social complexo, contraditório, capaz de ao mesmo tempo proporcionar aos sujeitos momentos e vivências sociais enriquecedoras do ponto de vista educativo ou com tendências à reprodução do socialmente estabelecido. Esta dialética é facilmente observada na dinâmica de utilização dos espaços públicos no Brasil e dos parques, em particular, quando nestes podem ser desenvolvidas abordagens sobre a temática ambiental como elemento integrador.

Portanto, não se trata de partir apenas dos “interesses culturais” dos sujeitos, mas também problematizar estes interesses diante dos usos possíveis num espaço particular de uso público como os parques. Percebe-se que a observação dos lazeres em parques urbanos pelas lentes dos “interesses culturais” tal como categorizados por Dumazedier (1994) podem conduzir a um estreitamento de visão das relações sociais contraditórias nestes embates entre sujeitos, comunidades e os parques.

Tome-se como exemplo as situações vivenciadas na implantação dos parques do Rodoanel em São Paulo. No setor sul da cidade de São Paulo não há estradas. São as avenidas e ruas que se constituem nos principais eixos das redes de comunicação, e são os vetores do avanço da urbanização em direção aos parques em estudo. Delas que irradiam toda sorte de uso, responsáveis pela severa conversão do uso e ocupação das terras, que eram até quatro décadas atrás essencialmente rurais para os usos urbanos atuais.

A ocupação das áreas da região obedece a um padrão com matriz urbana e remanescendo alguns alvéolos de áreas rurais ou naturais, como os parques criados à época de abertura do Rodoanel. Nas áreas vizinhas a estes parques municipais, há ocorrência ainda de atividades agrícolas, com a produção de hortaliças, ou ainda ligadas ao imaginário de um mundo rural, como chácaras de final de semana e atividades de lazer náutico, motivadas pelas Represas Billings e Guarapiranga. Estes “parques novos” foram projetados em áreas

utilizadas historicamente pela população local para suas práticas de lazer: pequenas chácaras de final de semana, entrecortadas por terrenos vazios às margens das represas, utilizados para futebol, pesca, caça e outras atividades no interior das matas. Contudo, não eram atividades planejadas ou estruturadas para o atendimento do visitante, predominando a informalidade em parte destas práticas e, por vezes, gerando problemas ambientais.

Foto 1: Represa Billings em área próxima ao Parque Bororé. Uso intensivo aos finais de semana sem a devida estrutura e segurança.



Há poucos equipamentos estruturados para o receptivo do visitante, localizando-se principalmente às margens da represa Billings (parques da Ilha do Bororé e de Varginha), com oferecimento de marina para barcos e restaurante; além de algumas outras chácaras que são alugadas ao público em geral. Constituem-se antes em espaços privados, o que demonstra a carência de espaços públicos estruturados na região para garantir o direito constitucional ao lazer.

Nesses parques de São Paulo tudo está praticamente por se construir nas questões que envolvem o uso público estruturado, planejado e responsável e que possa ao mesmo tempo garantir a conservação destas áreas aliada ao direito ao lazer.

Foram levantadas as práticas de lazer da comunidade do entorno, destacando como tais práticas poderiam ser desenvolvidas numa área protegida. Pretendeu-se com isso, não causar uma ruptura entre estas práticas de lazer e os objetivos do parque, mas destacar aquelas que pudessem ser oferecidas em um parque municipal natural. Com isso, procurou-se o envolvimento e identificação da comunidade do entorno com as atividades de uso público oferecidas pelo parque, evitando atividades que não tenham relação com o cotidiano das comunidades do entorno.

No entanto, embora as representações sobre a paisagem natural ainda sejam bastante fortes na região, o cotidiano das comunidades apresentam outras características que por vezes geram conflitos mesmo em suas práticas de lazer.

A localidade da Ilha de Bororé, que compõe uma das regiões da APA Bororé-Colônia, possui uma precária ligação por terra com a região do Grajaú na Zona Sul do Município de São Paulo. O bairro tem seus habitantes distribuídos em núcleos, distantes entre si, de maneira que o contato entre eles dificilmente pode ser realizado por caminhadas, mas de carro ou ônibus, devido à inexistência de calçadas para pedestres.

Relatos de moradores locais participantes da Associação dos Moradores da Ilha do Bororé (AMIB) indicam que as principais práticas de lazer são realizadas às margens da represa. Não há nenhum tipo de sinalização dos riscos, como indicações da profundidade da represa e sobre a qualidade da água. O uso é feito de forma irregular, com riscos para a prática de lazer e mesmo riscos de saúde pública.

Nesse local, visitantes tem sua prática de lazer completamente descontextualizada daquele imaginário bucólico ou rural. Ao contrário, estas práticas de lazer estão associadas ao consumo de bebidas e outras drogas, à dança e música reproduzida em alto volume nos bares e automóveis. Como extensão a estas práticas, há a possibilidade de banhos na represa. Contudo, afogamentos são frequentes e faz um destacamento do Corpo de Bombeiros manter um barco nos finais de semana para coibir abusos. A grande quantidade de visitantes gera toda sorte de conflitos.

Os bairros oferecem poucas escolas de Ensino Fundamental e Médio e nenhuma de Educação Infantil. Os Centros Educacionais Unificados (CEUS), grandes equipamentos públicos municipais construídos para funcionarem também como espaço de sociabilidade e lazer comunitários, ficam distantes. Programas como “Escola da Família”, que abrem as escolas estaduais aos finais de semana, foram abandonados, pois o deslocamento da população entre os núcleos para a escola que mantinha o programa era caro.

As margens das represas estão em grande parte privatizadas. Seja por propriedades de segundas residências, clubes e associações e pelos condomínios e clubes esportivos. Pequenos proprietários transformam seus locais em chácaras de lazer para atendimento de um público da região. A procura por esse tipo de equipamento, mesmo privado, que apresenta uma estrutura de piscinas e churrasqueiras, vem crescendo, segundo moradores e proprietários, por conta da falta de áreas públicas estruturadas para esse tipo de prática. Algumas dessas pequenas propriedades oferecem uma estrutura de trilhas, piscina e utilização da margem da represa.

Há possibilidades de desenvolvimento de atividades com escolas e grupos de igrejas abordando conteúdos voltados para o ecossistema da região. Contudo, isso ainda é incipiente nestes ambientes privados e as pessoas têm procurado esses espaços apenas para diversão e descanso. Os parques poderiam oferecer atividades complementares para esses públicos, com objetivos de conservação da natureza.

Nas observações da dinâmica das práticas de lazer realizadas pelos moradores dos bairros vizinhos ao Parque do Itaim, verifica-se que os espaços da rua são usados por vários grupos de crianças nas suas brincadeiras como, por exemplo, andar de bicicleta, jogar futebol em campos improvisados, entre outras atividades nas ruas. Os adultos também foram

observados fora das casas, conversando ou fazendo pequenos serviços domésticos. No tempo livre, os moradores relatam que saem da região para ir a alguns locais de compras como o *Shopping Interlagos*. Os bares são locais de convívio social, sendo eles utilizados para o bate-papo e tendo o consumo de bebidas alcoólicas como prática rotineira.

Há uma carência de equipamentos e atividades de lazer oferecidas especialmente aos públicos infantil, feminino e idoso. Ao analisar as questões de gênero, de modo mais específico, é possível notar que as mulheres não exercem atividades de lazer por falta de opções que contemplem, também, os filhos. Agrava-se a isso, a falta de tempo das mulheres, devido à dupla jornada de trabalho doméstico e remunerado. Os jovens com poucas opções permanecem por muitas horas em estabelecimentos do tipo *lan house*, em casa ou em bares com jogos de mesa.

A partir dos exemplos dos parques localizados no extremo sul da Região Metropolitana de São Paulo, percebe-se a carência de locais públicos planejados para a prática do lazer nas cidades brasileiras, notadamente nas periferias. Os parques urbanos constituem-se assim, em equipamentos fundamentais como *lócus* dessas práticas e nos quais as atividades do programa de uso público podem atender aos amplos objetivos da educação não-formal, conciliando objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população. As comunidades do entorno dos parques se mostraram sensíveis ao desenvolvimento de atividades voltadas à sensibilização da natureza. Os parques podem cumprir importante papel na complementação destas atividades, contribuindo para diminuir a carência de atividades de lazer da comunidade e também contribuir para conservação dos ambientes a serem protegidos nos parques.

Admitindo-se essas informações, o programa de uso público de um parque urbano precisa considerar as características locais, marcadas por um conjunto de representações que as comunidades têm sobre os parques (e sobre os ambientes que eles procuram proteger) e ao mesmo tempo garantir o acesso a programas de educação não formal, com base nas práticas de cultura e lazer, que podem ser desenvolvidos. Daí a necessidade de se pensar os Programas de Uso Público de parques urbanos como potenciais programas intersecretariais e intersetoriais. Não faz o menor sentido, numa administração pública que se pretenda eficiente, que todas as atividades desenvolvidas em um espaço como um parque urbano sejam de responsabilidade de apenas uma secretaria. Portanto, mesmo que os parques estejam sob administração direta das “secretarias” do verde e meio ambiente, torna-se fundamental uma articulação com os setores de esporte, lazer, educação cultura, transportes, saúde e outros, na mesma municipalidade.

Assim, conservar a natureza e garantir o uso pelas populações em seu tempo livre é o elemento central na construção dos programas de uso público dos parques urbanos. E esta dupla função (conservar a natureza e garantir o lazer) deve ser pensada de forma interdisciplinar, pois nem as ciências da natureza nem as da sociedade conseguem presentemente explicar plenamente os fenômenos contemporâneos. Conservação da natureza e direito ao lazer envolvem, portanto, uma abordagem interdisciplinar e intersetorial.

A seguir, discutimos ações para alcançar uma abordagem interdisciplinar e intersetorial do lazer em parques urbanos, com a indicação de uma animação socioambiental nestes espaços.

Possibilidades da animação socioambiental nos parques urbanos: eixo definidor de um programa de uso público

Considera-se que o conceito de “animação socioambiental” é bastante simples: trata-se de aproximar dois campos de estudo e de intervenção social que nascem e se desenvolvem de maneira separada: a animação sociocultural e a educação/interpretação ambiental. Embora sejam campos distintos de intervenção e de produção de conhecimento, podem ser ambos usados para pensar as possibilidades de interação humana nos parques urbanos.

A ideia é a de que esta interação se dê por meio dos princípios da animação sociocultural (diversidade cultural, participação social, educação não formal) e com conteúdos que explorem na medida do possível as relações com o meio ambiente, de forma ampla e criativa, sendo o meio ambiente considerado como um todo integrado pelas ações da natureza (forças abióticas e bióticas) em interação com a sociedade.

Assim, a animação socioambiental nada mais seria do que a aproximação dos princípios e práticas da animação sociocultural com os conteúdos e técnicas da educação e interpretação ambiental. Voltemos aos exemplos dos parques de São Paulo: é preciso planejar todas as atividades voltadas ao uso público considerando essas premissas da animação socioambiental, seja revisando ou recriando para os parques já em pleno funcionamento, seja propondo ações já direcionadas para aqueles que estão em fase de implantação. Nesse sentido, é necessário ordenar as atividades já praticadas pela comunidade, orientada para uma animação socioambiental, mas que considere as possibilidades de uso em ações de baixo impacto à natureza, e reduzindo (ou eliminando) aquelas atividades que causem problema ao meio natural.

É sugerida uma infra-estrutura básica para atender o visitante, mas procurou-se destacar a multiplicidade de atividades que podem ser desenvolvidas nessa infra-estrutura, dentro de um trabalho de envolvimento da comunidade, focado na animação sociocultural (PUIG & TRILLA, 2004) e na interpretação ambiental, para potencializar as interações positivas e no uso de técnicas de “mínimo impacto” para reduzir os impactos negativos das atividades de visitação ao Parque. Conforme Cole (1993) e Dines e Passold (2006), as técnicas de mínimo impacto devem considerar a extensão espacial e temporal dos usos recreativos sobre o ambiente; as relações entre os usos possíveis e os tipos de impactos negativos decorrentes desses usos, que implica em considerar a variedade de condições e as expectativas do visitante; as necessidades de consenso entre os grupos interessados nas atividades; e a necessidade do monitoramento constante das atividades a fim de mantê-las dentro de padrões pré-estabelecidos.

Assim, é possível pensar em atividades com os visitantes, sobre a temática ambiental oferecida pelo parque em um trabalho de animação sociocultural, com a capacitação de monitores locais. Mais que isso, segundo Alves e Raimundo (2009), essas ações podem ser desenvolvidas com os recursos da interpretação ambiental.

Nos parques do sul da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as entrevistas com os moradores do entorno dos parques, notadamente os professores e diretores das escolas, apontam que já é latente nas comunidades uma “consciência ambientalista”. É preciso, no Programa de Uso Público, estimular esses sentimentos pelo contato direto com os ambientes naturais. Práticas de interpretação ambiental que possibilitem esse contato constituem-se em atividades de alta relevância na transformação dos conhecimentos, valores e atitudes em direção a um comportamento pró-ambiental (NEIMAN, 2007).

As bases da interpretação ambiental devem ser pensadas para o desenvolvimento de atividades trabalhadas pelo animador sociocultural (ou socioambiental) e devem ser desenvolvidas pelos jovens das comunidades do entorno.

Nos relatos dos professores e alunos das escolas do entorno dos parques do sul da RMSP, há aspirações para estudos formais como estudos do meio que poderão ser largamente explorados como elemento de educação ambiental com escolas e grupos organizados. O programa de uso público dos parques devem se preparar para essas demandas.

A partir das expectativas da comunidade, nota-se a indicação da necessidade de um espaço multiuso, que deve ser útil nas atividades artísticas, apresentações, festividades, oficinas para idosos, mulheres e reuniões dos bairros do entorno do parque. Há “desejos” por espaços para práticas esportivas e corporais, atividades manuais e intelectuais, atividades artísticas, sociais, bem como lúdico-recreativas diversas, além da expectativa de que o espaço do parque signifique um novo espaço de encontro e sociabilidade de maneira organizada e segura.

Assim, os parques urbanos necessitam de infra-estrutura voltada ao atendimento do público, diferente dos tradicionais centros de visitantes, configurando-se em espaços multiusos onde a comunidade local possa desenvolver seus talentos e aspirações orientados pelos animadores “socioambientais”. E em todas essas atividades a ideia de conservação da natureza deve ser incentivada. Sugere-se, como exemplo, peças teatrais desenvolvidas pelos grupos locais, com temáticas ambientais, oficinas e cursos diversos ligados à questão ambiental, atividades manuais que possam ser trabalhadas tendo como foco a temática ambiental, entre diversas outras atividades.

Admitindo-se as informações aqui relatadas, o que pode ser criado nos parques urbanos deverá, sobretudo, atender às necessidades da comunidade e que possam atender aos amplos objetivos da educação não-formal, conciliando objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população.

Parques urbanos e questões de política pública: gestão, orçamento, recursos humanos e intersetorialidade

Os parques urbanos, imersos no cenário das cidades contemporâneas, apresentam-se como espaços potenciais do encontro intercultural educativo. No entanto, observa-se que as políticas públicas educacionais desconsideram as potencialidades destes espaços públicos de educação não formal ao não estabelecerem propostas integradas de políticas públicas que considerem as práticas culturais desenvolvidas nestes espaços, aqui denominadas como uma animação socioambiental nos e a partir dos parques urbanos.

No caso da cidade de São Paulo, os parques municipais são administrados pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) sem que haja troca de experiências e estabelecimento de programas conjuntos com as Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Desta forma, as atividades desenvolvidas nos parques municipais deixam de aproveitar todo o potencial de inclusão social e de troca intercultural possível no cenário de uma cidade que cada vez mais demandará serviços de cultura e lazer.

Assim, parece não haver a devida consideração aos aspectos do planejamento do uso público destes espaços que poderiam oferecer atividades de forma a proporcionar inclusão social e o direito ao lazer, promovendo inclusive maior conservação ambiental. Nessa abordagem, é necessário que os gestores responsáveis pela administração destes espaços públicos aproximem-se do campo de conhecimento e intervenção profissional relativos às políticas públicas de cultura e lazer e que as políticas educacionais do município considerem o potencial educativo não formal destes espaços.

Além disso, as questões relativas à gestão dos parques urbanos – seu funcionamento, limpeza, conservação, pessoal qualificado, segurança, planejamento do uso e programação, relação com a comunidade, conselhos gestores – abrem diversas perspectivas de análise e todas são relevantes para o campo de estudos do lazer.

Entende-se que o profissional de lazer deve estar preparado para atuar como gestores destas unidades, compreendendo toda a sua complexidade. Estudos sobre o financiamento da operação destas unidades e a gestão de seus orçamentos particulares são necessários, bem como estudos sobre o perfil de atuais gestores de parques urbanos, um verdadeiro desconhecido. Quanto custa manter cada uma destas unidades? São unidades de serviço público que podem gerar receita? Por meio de que tipo de atividades? Quem são os profissionais que compõem atualmente o quadro profissional destas unidades? São diversas questões que merecem maiores investigações.

Tais questões, para serem respondidas e atendidas, necessitam de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial na gestão dos parques urbanos. Os gestores dos parques necessitam ser capacitados em métodos e técnicas das ciências naturais, como as da

biologia da conservação e ecologia da paisagem⁶, para entender o funcionamento do ambiente natural inseridos nos parques urbanos, a fim de avaliar suas potencialidades e seus limites às interferências humanas. Ao mesmo tempo, precisam conhecer as motivações de visitação aos parques, e tal fato é uma carência maior nos gestores, que desconhecem as necessidades e aspirações dos visitantes e moradores do entorno do parque, notadamente em seus tempos livres.

Uma equipe interdisciplinar, contribuiria também na resolução dessas questões e na implantação de atividades mais adequadas no programa de uso público. O profissional da área do lazer deve compor tal equipe e suas atribuições estariam associadas ao desenvolvimento das práticas de uma animação socioambiental, a partir das informações sobre as potencialidades e fragilidades da paisagem do parque e seu entorno imediato e mais distante, assim como aos interesses e motivações dos frequentadores do parque.

Tais atribuições necessitariam da produção de um conhecimento construído de forma interdisciplinar, ampliando as conexões com profissionais ligados a outras secretarias que possam atuar nos parques, assim como associações não governamentais e outras entidades interessadas na transformação de um cidadão crítico e criativo nas questões ambientais de sua cidade.

Considerações finais: apresentando uma agenda de pesquisa

Procurou-se com este artigo apresentar uma abordagem do que vimos desenvolvendo nos últimos anos no âmbito de nossa territorialidade mais imediata. No entanto, percebe-se que muitas das questões assinaladas aqui se aplicam a parques urbanos no contexto brasileiro de modo geral, especialmente em locais onde estas unidades sofrem maior pressão de uso em função da proximidade e intensificações de usos praticados pela população.

Buscou-se aprofundar a discussão acerca do potencial educativo dos parques urbanos, desde que para explorar todo este potencial educativo se possa contar com profissionais do campo da animação socioambiental, tal como foi aqui brevemente conceituada. Como considerações finais, faz-se necessário assinalar ainda algumas possibilidades para a pesquisa futura neste campo de confluência dos estudos do lazer com o campo do planejamento urbano e ambiental, em duas dimensões, uma delas mais geral e outra mais específica. Ambas, porém, no nosso juízo, igualmente relevantes:

a) Relativas às políticas públicas - planejamento urbano-ambiental, implantação, gestão e funcionamento das unidades de parques urbanos. Trata-se de pensar nas possibilidades de pesquisas sobre: a macro-territorialidade urbana; a distribuição dos parques em determinada cidade, considerando os diversos ambientes e paisagens; suas desigualdades e conflitos; os

⁶ A **Biologia da Conservação** possui dois objetivos: primeiro, entender os efeitos das atividades humanas nas espécies, comunidades e ecossistemas; e, segundo, desenvolver abordagens práticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional e a **Ecologia da Paisagem** analisa a extensão dos ecossistemas e seus limites, especialmente aqueles limites que são influenciados pelas atividades humanas. É, assim, o desenvolvimento de uma rede de análise da paisagem que atende especificamente aos agro ecossistemas e interações ecológica-econômicas (RAIMUNDO, 2010).

conflitos na implantação desta unidades, tensões entre expectativas e possibilidades concretas; funcionamento concreto das unidades já consagradas em termos de qualidade do serviço público oferecido (limpeza, conservação, serviços ambientais, programação, espaços específicos de lazer – quadras, teatros, pistas, etc.); criação de índice de qualidade de serviços oferecidos, promovendo a possibilidade de comparação entre parques urbanos; recursos orçamentários disponíveis via orçamento direto, geração de receita própria, despesas com funcionamento, serviços terceirizados em atividades meio e atividades fim (lazer, por exemplo); análise de recursos humanos com base na formação de pessoal, formação continuada, perfil de gestores e outros profissionais; análise de possíveis ações intersetoriais em parques específicos, seus entraves ou facilidades. Enfim, há uma enorme gama de questões ainda a serem investigadas na realidade brasileira.

b) Relativas ao uso público dos parques urbanos – práticas existentes, práticas possíveis, lazer, educação não formal, animação sociocultural ou socioambiental, conflitos de uso. Trata-se de propor uma agenda de pesquisa que discuta propriamente as práticas no universo dos parques urbanos, tais como: análise sobre práticas de lazer realizadas e potenciais, espaços potenciais e espaços subutilizados; análise sobre relação com as comunidades do entorno e usuários; observações e proposições para públicos específicos com os mais diversos recortes de gênero, idade e outras especificidades, tais como deficiência física, por exemplo; análise de programação já desenvolvida em unidades de parques urbanos consagradas, observando-se conteúdos, pessoal envolvido e efetividade; estudos comparativos de atendimento à população, criando-se categorias de análise comparativa não apenas quantitativas; enfim, há um universo igualmente inexplorado de pesquisas possíveis sobre o que já ocorre nos parques urbanos e como melhorar esta oferta de atividades e práticas.

Portanto, mais do que trazer para esta discussão ideias consagradas, procurou-se apontar para o futuro, com base no presente e conhecendo um pouco do passado. Os poucos estudos específicos sobre os parques urbanos no Brasil são mais um motivo para que tenhamos ainda mais vontade de perseguir este objetivo, convidando novos pesquisadores, para compreender e contribuir no sentido de que estes espaços sirvam cada vez mais a um de seus propósitos mais nobres: assegurar a todo e qualquer cidadão o seu direito ao lazer.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008. 196p.

ALVES, César; RAIMUNDO, Sidnei. Percepção ambiental e as práticas do lazer em contato com a natureza no Parque Estadual da Cantareira Núcleo Pedra Grande, São Paulo (SP). **Olam: Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 9, p. 335-360, 2009.

BROCANELI, Pérola F. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**, FAU-USP (Doutorado), 2007.

CERVANTES, Ana Lucia; Bergamasco, Airton; Cardoso, Cássia. Diretrizes para o programa de uso público do Instituto Florestal do Estado de São Paulo – SMA. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2. **Anais... Revista do Instituto Florestal**, Parte 4, Ed. Especial, março de 1992, p.1076-1080.

COLE, D. N. Minimizing conflict between recreation and nature conservation. In: SMITH, D. S.; HELLMUND, P. C. **Ecology of greenways**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993. cap.5, p.105-122.

CRANZ, Galen. Changing roles of urban parks – from pleasure Gardens to open spaces. *Landscape*, n. 2, 1978 *apud* MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 3, 1986, Brasília (DF). **Anais...** São Paulo: Pini, p.112-20, 1986.

DINES, M; PASSOLD, A.J. **Estruturação da capacidade de suporte para diferentes atividades de uso público, visando minimizar os impactos das mesmas em três unidades de conservação: Parna do Itatiaia, Parna Chapada dos Veadeiros e Parnamar dos Abrolhos**. São Paulo: PNUD/IBAMA, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paço Editorial, 2013, 176p.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 3, 1986, Brasília (DF). **Anais...** São Paulo: Pini, p.112-20, 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN: NOVAES, Fernando (coord.), SEVCENKO, Nicolau (org.), **História da vida privada no Brasil**: 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 131-214.

MILANO, Miguel. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIM, A. H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas**: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MILANO, Miguel. Unidades de Conservação. Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração. In: **Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas**. Curitiba: UNILIVRE. 1997, pp.1-60.

NASCIMENTO, N. O.; BAPTISTA, M. B., VON SPERLING, E. Problemas de Inserção Ambiental de Bacias de Detenção em Meio Urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 20. Rio de Janeiro, Maio, 1999, p. 1-9.

NEIMAN, Z. **A educação ambiental através do contato com a natureza**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. **Cidade-jardim**: formação e percurso de uma idéia. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002, p. 10-99.

PACHECO, Reinaldo. O futebol amador como prática de lazer: um estudo sobre o uso do Parque Ecológico do Tietê. In: SEMINÁRIO ESPORTE E LAZER - ALESP, 2, 2012. São Paulo: Editora da ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2012. p. 26-34.

PACHECO, Reinaldo. O jogo de futebol como prática tradicional paulista: um estudo sobre o uso do Parque Ecológico do Tietê. In: **Jogos Tradicionais**. São Paulo: Pirata, 2014, p. 105-121.

PUIG, J. M.; TRILLA, J. **A pedagogia do ócio**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAIMUNDO, Sidnei. Estudios de las Relaciones entre Sociedad y Naturaleza y su Aplicación en Investigaciones Sobre Ocio y Turismo. In: NECHAR, Marcelino Castillo; PANOSSO NETTO, Alexandre. (Org.). **Epistemologia del Turismo**. Cid México - Mexico: Trillas, 2010, v. p. 154-173.

RAIMUNDO, Sidnei ; PACHECO, Reinaldo; COSTA, Bertholdo. Construindo um programa de uso público para unidades de conservação em áreas metropolitanas: a experiência dos

Parques Naturais Municipais de Itapeverica da Serra e Embu das Artes – RMSP (SP). **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, ano XI, v. 11, n.1, janeiro/junho, 2011, p. 196-221.

RAIMUNDO, Sidnei e PACHECO, Reinaldo. Parques naturais do Sul da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): os desafios para uma animação socioambiental. **Animação Sociocultural: Turismo, Patrimônio, Cultura e Desenvolvimento Local**. Chaves: Intervenção, 2012, p.123-132.

RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

SARTI, Antonio Carlos; SARTI, Filipe Antonio; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto;. Parques públicos e controle social. **RETUR – Revista Eletrônica de Turismo** - Curso de Turismo da Faculdade Cenecista de Campo Largo (PR), 2003.

Endereço para correspondência

Rua Arlindo Bettio, 1000, São Paulo, SP, CEP: 03828-000.

Email: repacheco@usp.br
sraimundo@usp.br

Recebido em:
30/11/2014
Aprovado em:
04/02/2015